



*Apresentada
Majoria*

*A. Bastos
(já esteve aqui)*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2/2011

Sessão realizada em 29 de Abril de 2011

ACTA N.º 2/2011

Aos vinte e nove do mês de Abril de dois mil e onze, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhos e secretariada pela Sra. D. Maria do Carmo Nogueira e Senhor António Albino Carvalho.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Manuel Neves Costa e Luís Lourenço que justificaram atempadamente a suas faltas e foram substituídos pelos membros João Couto Gonçalves e Isabel Coelho. O Senhor Presidente Vítor Ângelo Martins faltou e apresentou justificação. Faltaram ainda João Cruz Taborda, Luís Castanheira, Nuno Miguel Henriques, José Filipe Gonçalves, Helga Capelo, Júlio Correia, Filipe Gonçalves, Eduardo Martins, José Melchior e João Picado que não apresentaram justificação. O Presidente de Junta de Aldeia Nova do Cabo foi substituído pelo seu representante legal.

Relativamente ao executivo municipal estiveram presentes todos os membros.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Prestação de Contas”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Revogação da área de suspensão do Plano Director Municipal”.

O Senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes e colocou a votação a acta nº 1/2011 que foi aprovada por maioria com 1 abstenção do membro Henrique Dias, por não ter estado presente. De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que o Senhor Vice-Presidente da Câmara convidou a Assembleia Municipal a participar na reunião de trabalho sobre o PROT e congratulou-se com o convite considerando que se trata de um documento que vai mexer com o presente e com o futuro da nossa terra. Sobre o tema existe um documento escrito que se encontra à disposição de todos os membros da Assembleia Municipal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Eduardo Saraiva – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 1.

Aires Patrício – Lamentou mais uma vez não ter podido participar na reunião de trabalho sobre o PROT, por não fazer parte da Comissão permanente da AM. De seguida fez uma intervenção baseando-se num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 2.

Catarina Gavinhos – Disse que se deviam desenganar os que pensam que a solução para a crise preconizada pela Troika era o fim da crise, considerando-a como mais uma agravante, como pode constatar olhando para a Irlanda e para a Grécia. Há uns poucos a ganhar muito dinheiro à custa da queda de outros. O próprio FMI está a ter lucros fabulosos com estas ajudas aos Países que caíram em desgraça e já existem outros países na “fila da crise”, como a Espanha, Bélgica, Itália e, quando isso acontecer, será o fim da União Europeia para o bem e para o mal. Estamos todos à espera das decisões da Troika que nos vão enterrar ainda mais numa solução sem fim à vista. Estão a exigir-nos a perda de direitos sociais e do trabalho, deixando-nos sem direitos, mais pobres e endividados, em troca de coisa nenhuma. Fazendo um paralelo com o Fundão, constata-se a existência de um município endividado, onde já não se investe e só se pagam dívidas, sem cortar algumas “gorduras”, como a compra de Mercedes ou projectos por ajuste directo para recuperar edifícios que não lhe pertencem. Esta política errada de não apoio à produção conduz à perda de receita, sem investir fomenta-se cada mais a desertificação. Trata-se assim da nossa pequena recessão, fotocópia do que está a acontecer no País. Acha que nada disto é inevitável e apela aos fundanenses dizendo-lhes que não existe só um caminho para Portugal e para a Europa. Os políticos não são todos iguais, há alternativas, com rumos diferentes e mais justos, como renegociar a dívida, pôr Portugal a produzir, acabar com as desigualdades e excessos do Estado, nomeadamente a corrupção. Os Portugueses devem procurar as propostas alternativas e votar conscientemente.

Eduardo Saraiva – Falou de rumores na sociedade fundanense dando conta da existência de tendências para acabar com algumas tradições, festas religiosas e procissões, pelo que alguém da igreja do Fundão devia esclarecer se existe ou não essa intenção. De seguida falou de uma multa que lhe foi aplicada em frente à farmácia da Avenida Eugénio de Andrade, após queixa de alguém e que vai recorrer da mesma porque se trata de uma situação injusta. Relacionou esta questão com o facto de no jardim em frente à mesma farmácia ter sido cortada uma árvore ali existente, pelo que solicitava à Câmara que recorresse aos préstimos da GNR no sentido de verificar quem mandou cortar aquela árvore sem autorização da Câmara Municipal. As pessoas têm o direito de chamar a GNR, mas ninguém deve ficar impune quando faz o que não deve.

Presidente da Mesa – Informou que tentou contactar o Membro Aires Patrício por telefone e e-mail, para estar presente na reunião de trabalho sobre o PROT mas que não teve sucesso. Sobre a Comissão permanente informou-o novamente que não pode fazer parte da mesma por questões de ordem legal, mas que sempre que o queira fazer pode abordá-la nos assuntos que entenda e estar informalmente presente nas reuniões.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

Não houve membros interessados em participar na discussão.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Prestação de Contas”

Presidente da Câmara – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 3. Informou ainda que o Município do Fundão tem dificuldades, mas, ao contrário do que foi dito, continua a fazer investimentos nas diversas áreas. Poderia estar em melhor situação se não lhe tivessem “alterado as regras do Jogo” no último ano, tendo-lhe retirado os meios a que tem direito. Desde 2009 que se penalizam as famílias com sucessivos aumentos de impostos e taxas, menos receitas e direitos e sem quaisquer resultados, duvidando que o sacrifício tivesse valido de alguma coisa, após as mentiras e cosméticas com que todos foram enganados. As autarquias e as pessoas vêem diminuir as suas receitas, ao invés o Estado nunca conseguiu parar de aumentar a sua despesa, o que significa que os sacrifícios foram em vão. O nosso povo está assustado e sem esperança. Os cortes de verbas efectuados à Câmara Municipal do Fundão nestes últimos dois anos foram um duro golpe e um injusto castigo para o nosso concelho de que resultam as actuais dificuldades. A situação gravosa das contas públicas acaba por afectar todos. O Município do Fundão prudentemente recorreu ao crédito quando devia, sem aventuras, dentro de determinados pressupostos e regras. Não teria dificuldades em cumprir os compromissos se não lhe tivessem alterado subitamente as regras. Está também preocupado com a falta de investimento privado, o que cria graves problemas ao nível do emprego. O estado social não existe por parte do governo, já que praticamente todos os apoios foram retirados. A única forma de o garantir será fazer-se uma reflexão conjunta, e um esforço de todos para assegurar a solução das reais necessidades das populações. O papel das autarquias será fundamental na minimização das dificuldades que os nossos cidadãos enfrentam. O poder local não é o problema deste país e a extinção de freguesias e municípios não irá resolver nada. Até hoje a Câmara Municipal nunca deixou de honrar os seus compromissos e quem a quiser denegrir terá uma forte oposição do seu Presidente.

Vice-Presidente – Começou por dizer que as contas foram devidamente certificadas pelo ROC. Informou que a Câmara teve uma receita de 26.777 milhões e uma despesa de 27.200 milhões, existindo 18 milhões de receita corrente e 8 milhões de capital. Olhando para a capacidade de transferência daquilo que são receitas correntes no esforço de investimento, conseguiu-se passar para uma execução da receita de 14.509 milhões e em relação à despesa de 12.690 milhões, o que demonstra um grande esforço de desdobramento. A Câmara conseguiu também transferir 6 milhões de Euros de receitas correntes, para despesas de capital, o que é de louvar. O arrefecimento da economia tem penalizado muito a Câmara Municipal já que em 2007 o IMT contribuía com 1.451 milhões e em 2010 foi de 805.00 Euros. Quanto à despesa diminuiu-se em 26% as despesas correntes, devido a decisões difíceis e corajosas desta Câmara. No investimento também houve restrições na ordem dos 18%. O facto de o QREN não ter tido a capacidade de injectar a devida liquidez nas candidaturas aprovadas ao município, foi muito penalizador para as contas da autarquia e fez parar obras, devido a atrasos na assinatura de contratos. As despesas com o pessoal estão muito abaixo do que são os limites legais, tendo-se mantido desde 2006, embora as contribuições, nomeadamente para a segurança social, terem aumentado. Face à legislação a Câmara reduziu a dívida em mais de 10%, o que lhe concede actualmente uma folga de cerca de 500.000 €. As componentes inovação, investimento e emprego foi onde se fez mais investimento. O equipamento social e desenvolvimento, através de algumas parcerias também foram outros componentes muito importantes de investimento. Em termos de balanço existe



um activo de mais de 200 milhões de Euros. Os custos com luz, água, saneamento, educação, apesar do aumento nos preços tiveram um grande esforço de racionalização em cerca de 200.000 €. Dos 611 projectos submetidos a aprovação foram aprovados cerca de 300 em 10 anos. Foram executados cerca de 400 milhões de Euros, sustentados em 177 milhões de Euros em candidaturas que tiveram contrapartidas de 110 milhões, o que revela uma grande capacidade de aproveitamento dos fundos comunitários. Claro que para o auto-financiamento destes projectos, foram necessários cerca de 66 milhões de Euros de fundos próprios, tendo a Câmara Municipal recorrido à Banca para os conseguir. Informou também que a dívida líquida anda na ordem dos 82 milhões Euros e se forem retirados alguns proveitos que a Câmara vai receber, ficará pelos 63 milhões, sendo a razão de ser da dívida o investimento próprio que a Câmara teve de efectuar aproveitando todas as oportunidades, algumas já um pouco tarde, porque outros não aproveitaram fundos em condições muito mais vantajosas. Deu conta que existe neste momento uma carteira de candidaturas aprovadas no valor de 10 milhões de Euros de obras em execução e que há outras, sensivelmente do mesmo valor que apesar de aprovadas ainda não estão em execução por não estarem ainda contratualizadas. Estamos a falar de 20 milhões de obras financiadas que terão obrigatoriamente uma participação própria de 5 milhões, relativas a 47 processos de candidatura. Informou ainda que dos 82 milhões Euros em dívida a Câmara conseguiu colocar 36 milhões a longo prazo (cerca de 20 anos), uma vez que muitas das infra-estruturas também vão durar muitos anos. Por cada Euro de dívida esta Câmara tem conseguido executar cerca de 6 euros. Aproveitaram-se os critérios existentes antes da aprovação da actual lei das Finanças Locais e não existiriam os problemas que a actual Lei criou. Isto só veio penalizar a contabilidade pública e a vida das pessoas, criando uma pressão de tesouraria algumas vezes incomportável.

Henrique Dias – Começou por saudar o Dr. Carlos São Martinho como candidato à Assembleia da Republica, desejando-lhe sucesso na sua luta na defesa dos interesses da nossa região. Relativamente às contas considerou que haveria acrobacias de números, mas devia ser o momento de avaliação das opções políticas e da forma como foram geridos os recursos municipais no último ano. A estratégia resulta de um amplo apoio dos fundanenses, conforme ficou demonstrado nas últimas eleições autárquicas. Estas contas reflectem completa transparência e mostram claramente onde foram gastos os recursos. No passado o progresso passou ao lado, o Fundão quase não existia no contexto regional, hoje é olhado e respeitado como um município diferente. Tiveram de aproveitar todas as oportunidades de forma acelerada, o Fundão está diferente para muito melhor e se por acaso tivessem aproveitado o 1º e 2º quadros comunitários hoje de certeza existiriam menos dificuldades. Enumerou muitas das obras efectuadas nos últimos 9 anos em todo o concelho, nos diversos domínios. Falou também do grande trabalho realizado na promoção da marca “Cereja”, conhecida em todo o País, realçando a capacidade de realização desta Câmara e o facto de ter conseguido captar recursos no valor de 177 milhões, recuperando o tempo perdido e antecipando uma qualidade de vida há muito reclamada pelas pessoas. Foi também necessário recorrer ao crédito para tornar as obras uma realidade, mas é uma dívida saudável, que se percebe porque existe, o pior são os tempos difíceis que se aproximam mas com o esforço de todos confia que se poderá continuar a melhorar a vida das pessoas.

Pedro Salvado – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo 4.

Abel Rodrigues – Começou por lamentar o facto de não ter sido entregue aos membros da Assembleia Municipal o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC). Ao contrário do que foi já dito, o PS já não fala dos números, partindo do princípio que tecnicamente tudo está correcto. O que os traz aqui não é 1 ano mas toda uma década de PSD no Executivo. Não se nega a existência de investimento mas as opções têm de ser discutidas. Por exemplo o espaço mercado/Facif foi alvo de muito trabalho por parte de muita gente, mas tudo foi posto em causa e alterado. Novos planos, novos projectos, grandes custos e um resultado final muito discutível. Foi feito um silo auto que por norma não tem carros, o que também se reflecte à superfície, onde no Inverno não se pode circular ou passear porque é um espaço frio, desabrigado, descampado e no Verão demasiado quente para dali nos aproximarmos. Outra opção errada foi acabar com a praça antiga para construir uma nova, perguntando desde logo se acham que a actual é muito melhor que a anterior. Relativamente à opção pelo Turismo, perguntou onde estão os milhões sempre falados, vindos do programa PETER, quais os resultados da sua aposta. Por outro lado o projecto da Pousada da Juventude foi bem pensado, mas mal executado e fundamentalmente mal localizado. Outra opção errada foi a instalação da Escola Profissional do Fundão. Esta Câmara legitimamente largou um projecto e adoptou outro que lhe custou o dobro do que estava inicialmente previsto. A aquisição da Moagem e a sua recuperação entronca na não aquisição e na não recuperação do Cine Gardunha. Tratou-se de uma opção com custos até hoje incalculáveis, com resultados que todos vêem e com custos mensais insuportáveis. Voltando ao silo auto e aos parquímetros consideram que essa opção tornou o comércio do Fundão mais pobre, tal como a cidade, não se vendo nenhuma mais-valia com a instalação dos mesmos. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque só aparece nas contas a aquisição de 1 autocarro. Afirmou que ninguém discute a opção pelos fundos comunitários, mas pode e deve questionar-se o retorno de algumas obras, dando o exemplo da construção de um campo de ténis na freguesia de Bogas de Baixo. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se este pode garantir que nos próximos anos irá ter condições para pagar os encargos financeiros assumidos, resultantes da monstruosa dívida, ou seja, cerca de 760.000 € de compromissos financeiros. Se por algum motivo a Câmara fechasse hoje andaríamos 20 anos e 1 mês a pagar todas as dívidas contraídas.

Catarina Gavinhos – Ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara concorda com a CDU quando considera que a austeridade não é uma boa saída para crise. Os problemas demográficos do Fundão têm a ver não só com as políticas erradas do governo central mas também com as más políticas locais. A fixação de pessoas na região é muito feita com políticas locais e no orçamento a rubrica inovação e emprego teve uma execução de menos de 30% o que é preocupante, já que se deveria ter feito mais nesta área. No entanto, apesar da fraca execução (39%), a CDU vai abster-se porque a alteração à Lei das Finanças Locais provocou um corte de 8 milhões, o que se tornou na realidade decisivo na capacidade de execução de qualquer município.

Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 5.

Joana Bento – A Câmara Municipal devia ter apostado na execução do Parque Industrial de Silves, o que, lamentavelmente não fez. Este também é um motivo que leva à desertificação e à emigração, perguntando se em 9 anos não foi possível construir aquele parque industrial. Poderão agora desculpar-se com questões burocráticas, mas o certo é que só houve terraplanagens ou talvez um “tratamento de cosmética”. Há um

terreno fértil em diversas espécies florestais e esta Câmara perdeu a oportunidade de melhorar o futuro dos Silvarenses e dos habitantes da zona do pinhal.

Rogério Hilário – Disse estar farto de demagogias e de ser enganado. Pode-se discutir a dívida, as opções e outras situações, mas a apresentação de contas efectuada foi totalmente transparente, coisa que o PS a nível nacional não tem feito. Aqui é sempre necessário inventar qualquer coisa, se por acaso as contas fossem brilhantes diriam que não tinha havido investimento e deviam tê-lo feito, neste caso, como as mesmas reflectem o grande esforço do município em realizar obra, em investir, dizem que “é duvidoso para o retorno económico”. Isto é muito estranho e difícil de entender, já que se está a confundir as funções de uma Câmara com as de uma qualquer empresa. Como é possível fazer investimentos em salubridade, educação, saúde, cultura, desporto, nas condições de vida das pessoas e ainda que tudo se traduza em lucro económico. Quando esta Câmara chegou ao poder existiam 15 milhões de endividamento reconhecido. Não se lembra de ter ouvido alguém do PS, à data, perguntar onde estava o investimento, existindo apenas o pavilhão multiusos aberto, com o vento e o frio a passar de um lado ao outro. Será que hoje o PS está a dizer aos cidadãos que não deviam ter piscina, escolas, infra-estruturas desportivas, parque industrial. Deveriam antes falar também dos projectos que o Governo Central devia ter apostado e não fez, exemplificando com o projecto de soluções PRODER. Será que o PS questiona os seus pares perguntando porque se demora tantos meses a fazer contratos de obras aprovadas e a pagar participações de projectos financiados, do qual se estão a pagar juros altíssimos. Lembrou mais uma vez que por cada Euro pedido à banca, a Câmara conseguiu captar 6 Euros, que se fizeram e tomaram opções importantes, devendo todos ser sinceros no discurso e não dizer só o que nos convém Perguntou a Abel Rodrigues se acha realmente que o problema principal do comércio do Fundão está na existência de parquímetros. O problema existe nas zonas dos parquímetros e também onde eles não existem, já que o que está errado são as políticas macro-económicas, a conjuntura económica e as opções dos próprios consumidores. Essencialmente os culpados são aqueles que tomam decisões ao nível dos impostos e das políticas económicas.

Nuno Baltazar Mendes – Disse que em 2010 esta Câmara Municipal teve a taxa de execução mais baixa dos últimos 9 anos, apenas 27 milhões, com uma dívida líquida de 102 milhões, como estava escrito na acta da Câmara Municipal. A dívida da Câmara está estruturada em duas grandes rubricas. A primeira de cerca de 40 milhões é de médio/longo prazo (20 anos) e o restante no valor de 30 milhões é dívida de curto prazo. Perante estes dados surgem-lhe dúvidas, já que os quadros apresentados falam de uma dívida de curto prazo de 13 milhões. Por outro lado a dívida de curto prazo, incluindo o factoring ascende a 45.893.952,31 €, pelo que se exigem esclarecimentos. Quer isto dizer que em 2010 a Câmara do Fundão recebeu do Estado mais 4% do que em 2009, reduziu em 6% as despesas com pessoal, mas em prestações de serviços externos pagou-se mais 21%, acrescentando aqui os 2,5 milhões em investigação e desenvolvimento que não são mais do que custos em prestação de serviços. Afirmou que 90% dos custos extraordinários são canalizados para as empresas municipais. Perguntou também se os 400 milhões investidos se repercutem no nível de vida das pessoas do concelho do Fundão. O PS acha que não. De seguida lançou um repto sobre se a transparência e o rigor justificam que não existam reconciliações bancárias relativas a depósitos à ordem das instituições financeiras, pelo que não é possível concluir quanto à razoabilidade do valor mencionado no balanço, reportado àquela data, relativamente à conta 23 de empréstimos obtidos. Em nome do rigor e da transparência será admissível que não

constem nas contas as reclamações ao município, relativas a quantias devidas, salientando neste caso o litígio existente com a empresa Águas do Zêzere e Côa, que poderá vir a trazer mais responsabilidade ao município. Em nome do rigor e da transparência será possível defender que a conta 27.45 que apresenta um saldo global de 44.141 milhares de Euros, estão incluídos montantes no valor de 19.400 milhares Euros que não se encontram devidamente comprovados. Em nome do rigor e da transparência será possível sustentar que na conta de empréstimos a curto prazo não se encontra registado um empréstimo no valor de 1.510 milhares de euros, reflectido no extracto bancário da respectiva instituição bancária, pelo que o passivo, a situação líquida e o activo se encontram sobreavaliados naquele montante, enquanto o endividamento se encontra subavaliado no mesmo valor. Em nome do rigor e da transparência será possível que na conta 41 se encontrem registadas participações financeiras nas empresas Fundão Verde e Águas do Zêzere e Côa, no montante de 305 milhares de Euros. Dado que estas empresas apresentam uma situação líquida negativa devia ter sido constituída uma provisão para investimentos financeiros naquele montante, que subvaloriza o resultado líquido do exercício. Em nome do rigor e da transparência será rigoroso o facto de o Município não ter revelado na conta fornecedores, diversas facturas da empresa LUREC, relativas a diversos serviços prestados em exercícios anteriores, no montante aproximado de 296 milhares euros, pelo que a situação líquida se encontra sobreavaliada naquele valor, enquanto o passivo está subavaliado em igual montante. Em nome do rigor e da transparência será correcto afirmar que de acordo com a Lei em vigor, as empresas do sector empresarial da Administração Local deviam apresentar resultados anuais equilibrados. Tendo em conta que as empresas Fundão Turismo, Fundão Verde e Viver Fundão, apresentaram prejuízos em 2009 e o Mercado Abastecedor teve prejuízos em 2009 e 2010, o Município devia ter efectuado transferências financeiras na proporção das suas participações, como consta do relatório apresentado pelo Revisor Oficial de Contas e que em nome da transparência e do rigor se devem assumir as consequências. O município não cumpriu na íntegra os seus serviços de dívida, pelo que está em causa a credibilidade e a sustentabilidade. Frisou que o tempo lhe deu razão e agora todos têm de assumir as suas responsabilidades, perante o problema sério mas que ninguém tem o direito de se colocar fora das soluções. O PS saberá assumir as responsabilidades no que esteja ao seu alcance.

Carlos S. Martinho – Disse que assistiu a alguns momentos ensaiados, retóricos e hilariantes e a algumas tentativas de menorizar a actuação deste município durante os últimos 9 anos. Tudo o que foi feito foram opções julgadas por 3 vezes consecutivas pelos eleitores do concelho. Se a desertificação existe não deriva da inépcia desta Câmara. Os 400 milhões de euros deram qualidade de vida às populações e, se tivessem sido acompanhados por investimentos a nível nacional, a situação não seria a de “lutar sozinhos contra moinhos de vento”. A Lei das Finanças Locais alterou as regras, o Factoring é disso exemplo, já que o que estava a ser negociado a longo prazo passou obrigatoriamente para curto prazo. Grande parte das conclusões do ROC, mencionadas de forma tão vincada pelo membro Nuno Baltazar Mendes não são mais do que opções contabilísticas de efeito nulo e reflectem-se no activo e no passivo. A Câmara Municipal está confrontada com a redução de meios financeiros, mas encarará esta realidade de forma séria, consolidando as suas contas e garantindo o futuro deste concelho.

Vice-Presidente da Câmara – Referiu que as contas foram certificadas pelo ROC, que fez as suas reservas e observações, como sempre. Em nome da transparência e do rigor, o membro Nuno Baltazar devia ter lido determinado tipo de indicações que mudam

radicalmente o sentido de tudo o que afirmou. No ponto 7 e 8 relativo à reconciliação bancária, devia ter lido também o início do ponto 8 onde se lê “Face à ausência de respostas pelas instituições financeiras”. Quanto ao ponto 9 e ao litígio com a empresa Águas do Zêzere e C&A esqueceu-se de ler o seguinte na última frase “de referir que o município considerando que lhe assiste razão neste processo contestou judicialmente essa decisão”. Sobre o empréstimo de curto prazo esqueceu-se também de ler o final da frase. O ponto 15 relativo a contas de fornecedores tem a ver com a data de entrada da factura na contabilidade da autarquia. As facturas da LUREC e outras quando entram antes do final do ano são objecto de aprovação e verificação pelos serviços e como tal só são registadas para pagamento em data posterior que pode coincidir com outro ano financeiro. Sobre as empresas municipais, que apresentaram as suas contas recentemente, três delas apresentaram resultados positivos e a grande discussão que hoje existe é a de saber o que se entende por empresa equilibrada, se é quando tem resultados operacionais positivos ou se são os resultados líquidos que contam. Com o Mercado Abastecedor apostou-se num plano de curto e médio prazo em termos de equilíbrio financeiro e as reservas do ROC podem obrigar a pequenas correcções. Quanto aos ênfases do membro Nuno Baltazar são meramente referências genéricas que em questão de contas não alteram nada.

Presidente da Câmara – Começou por afirmar que desde 2002 até hoje se percorreu um longo caminho. Lembrou, em particular ao membro Abel Rodrigues, que foi numa Assembleia Municipal de Junho de 2001, o próprio executivo do PS, face às pressões da própria população, que retirou a proposta de aquisição dos edifícios junto à Adega Cooperativa, para a construção da escola profissional. A questão fundamental hoje discutida está na avaliação estratégica da situação. O PSD herdou um passivo de cerca de 20 milhões de Euros e pagou-o. A opção desta Câmara foi a de dotar o concelho das infra-estruturas e equipamentos necessários à melhoria de qualidade de vida. Outros tiveram mais tempo e melhores oportunidades e não souberam aproveitá-las. Afirmou também que têm sido feitos acordos com bancos e outras instituições de forma concertada para solucionar os problemas. Em nome da verdade, se as medidas do PEC 4 forem incluídas nas negociações com a troika, a Câmara do Fundão terá de se socorrer de medidas de consolidação financeira para poder honrar os seus compromissos.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 38 votos a favor, 7 votos contra dos membros Nuno Baltazar, Abel Rodrigues, Berta Oliveira, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Joana Morgadinho, Rosa Moreira e Nuno Lopes e 6 abstenções de Catarina Gavinhos, Isabel Coelho, Francisco Gonçalves, Jorge Santos, José Mota e Luís Cerdeira

Em nome do PS, o membro **Abel Rodrigues** apresentou a seguinte declaração de voto: “O PS não vota contra o relatório de contas, que julga correcto. Estando em causa a política desta Câmara Municipal ao longo de 10 anos, o voto contra tem a ver com essa política. O reconhecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara de que os próximos tempos podem ser dramáticos é sinal disso mesmo. Lamenta-se que em tempo oportuno não tenha dado ouvidos ao PS, pelo que teme pelos próximos anos.”

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Revogação da área de suspensão do Plano Director Municipal”.

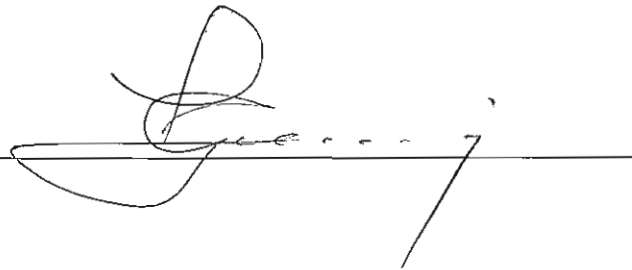
Rogério Hilário – Este ponto tem a ver com opções territoriais da Câmara que propõe uma redução da área de implantação num terreno da zona industrial da Soalheira, com a finalidade de atrair um grande investimento, que não precisará de tanto espaço de classificação industrial para se poder ali implantar, tornando mais fácil o processo.

Presidente da Câmara – Deu conhecimento que a zona do parque industrial da Soalheira era considerada agro-silvo-pastoril e que para implantar o parque industrial se solicitou a alteração à CCDR para solo industrial. Felizmente conseguiu-se agora captar um investimento, a ECOFÁBRICA, que para ser instalada necessita de 20 hectares de terreno mas não necessita de ser implantada em solo agro-industrial uma vez que a sua laboração tem uma ligação directa com o solo agro-silvo-pastoril, sendo assim melhor regressar à questão primitiva e avançar rapidamente com o projecto.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.


Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário

2º Secretário



VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Ca-56

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Prestação de Contas” - Aprovado por maioria com 38 votos a favor, 7 votos contra dos membros Nuno Baltazar, Abel Rodrigues, Berta Oliveira, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Joana Morgadinho, Rosa Moreira e Nuno Lopes e 6 abstenções de Catarina Gavinhos, Isabel Coelho, Francisco Gonçalves, Jorge Santos, José Mota e Luís Cerdeira

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Revogação da área de suspensão do Plano Director Municipal”. Aprovado por unanimidade.

I



du/

201

Um país a morrer

Esta minha intervenção prende-se com o estado do país e a situação a que chegámos. Os dados que todos os dias nos chegam deixam-nos muito preocupados.

Tudo aponta para uma diminuição preocupante da população, ao longo da última década, na nossa região. E o Fundão naturalmente que não conseguiu escapar ao fenómeno da desertificação.

Por outro lado todos os indicadores de desenvolvimento mostram-nos um país a morrer e a definhar. E todos esses dados têm graves implicações no nosso dia-a-dia que nos devem fazer reflectir.

Como tal devemos procurar em primeiro lugar perceber o que nos trouxe até aqui, quem nos trouxe até aqui e em segundo o que fazer para mudar esta tendência.

E se é certo que os tempos de hoje exigem consensos alargados para ultrapassar a situação a que chegámos, não é menos certo e correcto que os erros cometidos e os resultados da governação não sejam devidamente assinalados para que no futuro eles devam ser evitados.

Na última década, Portugal teve o pior crescimento económico dos últimos 90 anos

A dívida pública de Portugal duplicou nos últimos 6 anos. É a pior dívida pública (em % do PIB) dos últimos 160 anos.

Portugal encontra-se actualmente em recessão técnica.

Na última década, Portugal teve o pior crescimento económico dos últimos 90 anos

Portugal tem a pior taxa de desemprego dos últimos 90 anos (desde que há registos). Mais de 620 mil desempregados.

O País tem a maior dívida externa dos últimos 120 anos;

Cerca de 50% de todo endividamento nacional deve-se, directa ou indirectamente, ao Estado;

Portugal tem a segunda maior vaga de emigração dos últimos 160 anos;



Há 1,6 milhões de casos pendentes nos tribunais civis. Em 1995, havia 630 mil. Portugal é ainda um dos países que mais gasta com os tribunais por habitante na Europa;

Portugal tem a terceira pior taxa de abandono escolar de toda a OCDE (só melhor do que o México e a Turquia);

E perante estes indicadores só temos uma conclusão a tirar: Portugal precisa urgentemente de mudar de vida.

Resta saber agora a quem vamos pedir mais sacrifícios. Porque o que está aqui em causa é também uma questão moral. Não se podem pedir esforços extraordinários às pessoas quando o Estado não dá o exemplo.

E é preciso coragem para, permitam-me a expressão, colocar a carne no assador. Precisamos de redistribuir melhor. Aqueles que mais têm serão aqueles que mais têm que contribuir para esta crise. Os esforços não podem continuar a ser feitos sempre pelos mesmos. Se o Estado engordou demasiado terá que emagrecer e acabar com muitas das benesses que ao longo dos anos foi concedendo. Há muito onde cortar e que servirá para dar o exemplo.



Não podem continuar a ser aqueles que menos têm, e que em pouco ou nada contribuíram para esta crise, a continuar a suportar os seus efeitos.

As autarquias são a primeira porta de embate desta crise. É às Câmaras que as pessoas vão quando a sua empresa está para encerrar ou alguém cai no desemprego. Quando as pessoas não têm habitação ou nada para comer é às Câmaras a que recorrem.

Como tal, o Estado não pode continuar a cortar nas autarquias como se de uma despesa supérflua se tratasse, sob pena da generalidade dos municípios se precipitar numa situação de colapso financeiro e não conseguir manter os seus compromissos designadamente as respostas sociais que hoje ainda consegue garantir.

É de sustentabilidade que falamos. É de justiça e de bom senso que falamos.

Precisamos de fazer algo para inverter esta tendência. Não podemos ficar de braços cruzados à espera que o país defínhe e a região desapareça.

É urgente inverter a política que o país tem seguido, a bem do país, da região e do Fundão. Obrigado.

28.04.2011



CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****29 DE ABRIL DE 2011**

Deputado Municipal: Aires Patrício (PAOD)

Tivesse Ícaro ouvido Dédalo e as águas traiçoeiras do mar Egeu não o teriam devorado.

Quero com isto dizer que não basta dizer que queremos voar.

Quero com isto dizer que, para voar, temos de começar por estudar as rotas, e, para as percorrermos, sabermos apetrecharmo-nos de asas cuja fragilidade não traia os altos voos que a sustentabilidade não dispensa.

Isto é:

Estamos cansados, fartos, de sermos levados por asas que se nos colam a cera.

A sociedade portuguesa e, nomeadamente este nosso interior, vivem tempos de angústia.

Os cidadãos perguntam-se, com amargura e desânimo, como vai ser o seu amanhã.

Os impostos vão aumentar?

Os juros vão subir?

A água, a electricidade, o gás, a gasolina vão manter os preços?

Vão continuar a disparar qual espiral compressora?

Os salários vão manter-se?

Os quotidianos dos cidadãos estão em permanente ebulição.

Cabe às instituições a iniciativa de promover uma atitude capaz de reconduzir a vida do país a parâmetros que a tornem sustentável, no mínimo.



É opinião geral que a condução política do país exija mais competência, mais eficácia do que aquela que nos trouxe até aqui.

O C D S não tolera mais um discurso e, muito menos uma prática, que se limita a exigir mais sacrifícios a um povo que, tudo pagando, cada vez mais menos tem.

Mas, fique bem claro, é este mesmo povo que escolhe a quem confia a administração das suas vidas.

É adentro desta inquietação que me permito lembrar V. Ex.^a. que esperamos que o executivo a que preside, se debruce com rigor e acuidade sobre os problemas que afectam o nosso Concelho. Reconhecemos-lhe as potencialidades e a vontade capazes de, em conjunto, nos conduzir a um reencontro num amanhã melhor.

É tempo de mudar.

Impõe-se-nos, em conjunto, sabermos interpretar este *momento de vésperas*.

Impõe-se-nos uma atitude de justificada esperança.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

ANEXO 3

Assembleia Municipal 29 de Abril de 2011

Senhor Presidente,
Caras e caros membros da Assembleia Municipal,
Senhoras e senhores membros da comunicação social,
Caras e caros fundanenses,

Um dos documentos mais importantes que trazemos hoje a esta Assembleia é sem dúvida o nosso Relatório e Contas.

E as Contas que hoje aqui apresentamos reflectem não apenas a actividade do Município ao longo do último ano, mas traduzem com especial clareza as dificuldades e as exigências que Portugal e os portugueses tiveram de enfrentar em 2010.

E neste momento de prestar contas, não podemos ser indiferentes à gravíssima crise em que se encontra mergulhado o país, cujos indicadores têm directa e indirectamente efeitos sobre o quotidiano da nossa gestão municipal.

Tratam-se de resto de indicadores não apenas históricos mas sobretudo impressionantes:

A dívida pública portuguesa ultrapassa hoje os 100% do PIB;

O défice de 2010, sabe-se agora, situa-se nos 9,1%;

O desemprego, com uma taxa superior a 11%, afecta hoje cerca de 700 mil portugueses e no distrito de Castelo Branco são mais de 11 mil as pessoas desempregadas, muitas delas de longa duração;



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Este quadro social de grande fragilidade completa-se quando damos conta que residem em Portugal cerca de 3 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

E como resultado desta situação calamitosa para a qual arrastaram o país, estamos forçados desde 2010 a conviver com medidas de austeridade bastante duras e gravosas.

Não negamos a necessidade de todos sermos solidários, mas naturalmente esperávamos que o esforço de contenção fosse proporcional e adequado ao peso e às responsabilidades de cada um.

Mas não foi isso que aconteceu. Em 2010 foram-nos impostas restrições e constrangimentos que apenas podemos classificar de desapropriados, desmesurados e até, em certa medida, imorais. Já para não falar que em nada beneficiaram as contas públicas e muito menos as populações.

Nunca é demais relembrar que fomos confrontados – ou direi mesmo afrontados – com um corte por si só avassalador: no ano passado foi-nos sonogado cerca de 1 milhão de euros em transferências do Orçamento de Estado, um corte cego e injusto, superior a 10% daquilo a que teríamos direito se a Lei das Finanças Locais fosse cumprida.

E permitam-me, senhoras e senhores membros da Assembleia,

Não há como transformar este facto num qualquer subterfúgio. As coisas são o que são. E este corte foi um duro golpe para a Autarquia. As dificuldades que hoje sentimos foram unicamente causadas pela alteração das circunstâncias e pelo injusto castigo a que fomos submetidos.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

E como se não bastasse, para este ano foi-nos aplicado um novo corte de mais 1,6 milhões de euros. Ou seja, num tão curto espaço de tempo falamos de quase 3 milhões de euros que retiraram à nossa tesouraria.

Já para não falar dos adiantamentos que incompreensivelmente tivemos de fazer ao Serviço Nacional de Saúde, na ordem dos 150 mil euros.

2010 foi ainda o ano em que assistimos ao aumento da factura financeira, com o qual temos hoje de viver.

Efectivamente, recorreremos ao crédito ao longo dos últimos anos. Fizemo-lo de forma consciente e disso não nos arrependemos. Só assim conseguimos captar os fundos necessários para fazer obra e melhorar a qualidade de vida dos fundanenses. Programámos a nossa dívida, estruturamo-la de acordo com determinados pressupostos. Pressupostos estes que entretanto outros decidiram alterar ou que foram simplesmente alterados pela conjuntura para onde nos precipitaram.

Veja-se, por exemplo, que em finais de 2009 o Estado pagava juros inferiores a 3% pela dívida a 5 anos. De 2010 em diante temos assistimos à constante escalada desses juros, encontrando-se actualmente perto dos 12% – valor este que de impensável passou a realidade.

Isto tudo numa economia frágil e em recessão. As dificuldades dos nossos agentes económicos são também hoje um forte constrangimento à nossa gestão.

Com efeito, a arrecadação de receita com taxas, licenças ou rendas de concessão não tem correspondido ao esperado, sendo paradigmática a diminuição de aproximadamente 50% ao nível do IMT nos últimos 2 anos.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

Apesar disso, não abdicámos de dar um claro sinal de apoio aos investidores que perante tantas dificuldades ainda arriscam criar riqueza e emprego na nossa terra. Não lhes cobrámos Derrama em 2010 e assim se manterá.

Perante este contexto, senhoras e senhores membros da Assembleia,

Se há um ano aqui apresentávamos uma execução de 35 milhões de euros referente a 2009, a verdade é que em 2010 não nos foi possível ir além dos 27 milhões, um valor 23% inferior.

Inevitavelmente, tivemos de cumprir um princípio elementar da boa gestão, tivemos de adaptar a nossa despesa àquela que foi a nossa receita.

E a receita, essa caiu 8,5 milhões de euros de 2009 para 2010.

E este é um dado que não podemos mascarar e que resultou muito directamente da crise que hoje vivemos. E as dificuldades bem como o atraso no acesso aos fundos comunitários em nada ajudaram a alcançarmos um resultado melhor.

Apesar disso, conseguimos terminar o exercício com um resultado líquido equilibrado.

Da gerência de 2010, não podemos deixar de destacar o facto de termos mantido a tendência de diminuição do endividamento líquido, uma diminuição de 16% face a 2009, cumprindo assim as exigências estabelecidas na Lei das Finanças Locais.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Mas bem demonstrativo do esforço efectuado pela Autarquia, é o facto de termos alcançado em 2010 uma poupança corrente a rondar os 6 milhões de euros, o que permitiu direccionar essa verba ao investimento.

Pois de facto, demos primazia a um esforço superior de redução das despesas correntes face às despesas de capital, o que é um claro sinal de que tentámos ao máximo fomentar o investimento, apesar de as circunstâncias difíceis nos obrigarem naturalmente a ser mais selectivos.

E, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal,

A diminuição alcançada ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências de subsídios foi conseguida num ano em que tivemos de dar resposta a um número cada vez maior de preocupações e emergências sociais.

Um ano em que não regateámos esforços ao nível dos programas de apoio social e benefícios concedidos pelo cartão social, mas também nos programas educativos, nas actividades de enriquecimento curricular, no fornecimento de refeições aos alunos, nos transportes escolares, nos projectos de apoio aos idosos ou ainda no reforço dos meios à disposição do Gabinete de Inserção Profissional.

E se 2010 foi o ano em que muitas destas questões ganharam peso, 2011 é o ano em que temos de estar preparados para o agudizar de muitos destes problemas sociais, e isso exige que tenhamos uma Autarquia forte e pronta a responder aos novos desafios.

Por isso, o momento de apresentar resultados é também o momento de pensar e projectar o futuro. E a este respeito, é fundamental que todos compreendam que não estamos em condições de suportar mais cortes.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-388 Fundão

Não nos é possível suportar mais austeridade. Sobretudo porque as pessoas vão precisar cada vez mais da sua Câmara Municipal.

Mas se tal vier a acontecer, se nos voltarem a cortar nos meios e nos recursos, e esta hipótese não está de facto afastada, é certo que iremos passar por momentos ainda mais difíceis.

Hoje todos sentimos que a gestão autárquica tem sido um exercício de resistência e temos conseguido resistir graças ao esforço de todos. Não podemos por isso deixar cair o trabalho realizado até aqui.

E para isso é fundamental termos presente um enorme sentido de responsabilidade.

Porque o caminho do esclarecimento, do diálogo e da concertação não começa em frases feitas e desajustadas, destinadas a gerar parangonas jornalísticas, começa sim com o recato, a discrição e a seriedade em torno da discussão de assuntos tão sensíveis para o futuro do Fundão.

Porque, senhoras e senhores membros da Assembleia,

Os números que hoje apresentamos a esta Assembleia são claros e transparentes. Reflectem com rigor aquilo que foram as nossas opções políticas ao longo dos últimos 9 anos. Desde 2002 executámos e fomentámos a execução de cerca de 400 milhões de euros no concelho.

Onde existe essa dívida que não escondemos nem temos pudor em apresentar, existe sobretudo muito investimento, existem oportunidades de desenvolvimento e existem melhores condições de vida. Poderá sempre haver quem diga que teria feito de modo diferente, aceitamos



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

isso. Mas nós efectivamente fizemo-lo e não deixámos passar o tempo nem as oportunidades.

E é fundamental dizer que fizemos tudo isso sem nunca deixar de honrar os compromissos. Que fique bem claro que nós não estamos nem nunca entrámos em incumprimento.

Porém, nos tempos vindouros perspectivam-se quase exclusivamente mais e maiores dificuldades. E isso reorienta necessariamente a nossa acção.

Assim, Senhor Presidente, para terminar,

Queremos dizer com clareza a esta Assembleia que não hesitaremos em lançar mão de todos os mecanismos que estiverem à nossa disposição para garantir a consolidação das contas da Autarquia.

Com serenidade, prudência e responsabilidade iremos analisar e discutir todas as estratégias com vista a esse propósito de consolidação financeira, propósito esse que não é mais que a intenção de preparar e acautelar o futuro do Fundão e dos fundanenses.

Mas neste momento, é necessário dizer olhos nos olhos que não estaríamos hoje a pensar na consolidação orçamental se não nos tivessem alterado as regras a meio do jogo nem nos tivessem tirado os meios indispensáveis ao cumprimento da nossa missão.

Estaríamos hoje, como sempre estivemos, tranquilos. Porque sempre fizemos a nossa obra cumprindo com as obrigações a que nos comprometíamos com base nas regras então estabelecidas.



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

Apesar disto, não deixaremos de olhar para o futuro e de dar resposta àquilo que temos à nossa frente. Contamos por isso e para isso com a ajuda e a compreensão de todos.

Muito obrigado.

Manuel Frexes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão



INTERVENÇÃO PEDRO SALVADO

Investimento (definição do Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora): “Emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento com o fim de tirar destes um proveito.”

Nos últimos anos, sempre que se discutiram contas nesta Assembleia, onde o Partido Socialista viu endividamento, o Partido Social Democrata viu investimento.

Partamos pois deste pressuposto, deste dogma, que o endividamento foi de facto investimento.

Refere-nos o Senhor Presidente da Câmara, que foram efectuados na última década € 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de euros) de investimento.

Ora, chegamos então a uma conclusão: tratou-se de um investimento falhado. A política e a estratégia de investimento levados a cabo na última década redundaram em falhanço.

400 milhões de euros em 10 anos não conseguiram gerar retorno nem sequer para cobrir a comparticipação do Município, pior, não geraram qualquer retorno. Apenas e só tiveram como resultado, dívida, dívida e dívida.

Referiu o Senhor Presidente na sua intervenção que “tomámos todas as opções correctas”. Não podíamos estar mais em desacordo.

Importa, antes de mais, desmistificar algumas questões levantadas por este executivo para justificar a actual situação financeira do Município:

1. As Regras foram alteradas a meio dos investimentos.
-



É verdade. **Mas** foram alteradas para os 308 Municípios portugueses e não apenas para o Fundão, o que não impediu de haver Municípios como Castelo Branco, Viseu ou Ponte de Lima, que se encontram com óptima saúde financeira e que continuam a investir sem quaisquer constrangimentos.

Acresce ainda que, as regras foram alteradas no Orçamento e PEC 1 para o ano de 2010.

Ora, já em 2007 no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, reportado a 2006, repito em 2007 por reporte ao exercício de 2006, o Fundão aparecia no limiar da insustentabilidade económico-financeira.

Na altura, um dos rostos desta política de investimento desmentiu tais números e assegurou que o Município estava económica e financeiramente saudável.

Ou seja, o primeiro sinal de alerta foi ignorado e desconsiderado, mantendo-se o rumo.

Em 2009, o mesmo Anuário, com a chancela da Associação de Municípios Portugueses, reportado às contas de 2008, evidenciou novamente o estado financeiro descontrolado do Município.

Novamente optou-se por ignorar a evidência e manteve-se o rumo.

2. O investimento foi em qualidade de vida.

É verdade e óbvio que há investimento que só se vai repercutir nas gerações futuras e há inclusive investimos que nunca gerará qualquer retorno económico, como por exemplo na cultura ou na acção social.

Mas este não pode ser o único investimento. Tem e deve ser acompanhado pelo outro tipo de investimento que dá retorno e que desta forma compensa aquele primeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E quando falamos em qualidade vida, sentem os fundanenses uma melhoria de qualidade de vida nestes últimos 10 anos de 400 milhões de euros?...

E essa qualidade de vida não estará posta em causa agora que temos uma dívida declarada de mais de 80 milhões de euros?

Perante estes números que hoje nos apresentam é hora de dizerem: falhámos.

Volto a repetir: só nos podemos curar se reconhecermos que estamos doentes, gravemente doentes.

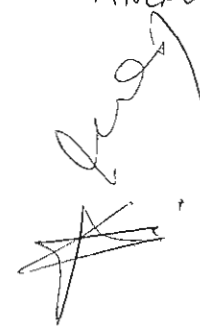
A política de investimento tem sido um jogo. Concorremos durante 10 anos a todos os fundos comunitários, possíveis e imaginários, sem qualquer estratégia ou critério, sem qualquer “masterplan”.

Durante os últimos 10 anos em todos e em cada um dos pedidos de empréstimo alertou o Partido Socialista da insustentabilidade dos mesmos. Os resultados estão à vista.

Há que referir que não há nenhum drama em se efectuar uma reestruturação da dívida. As famílias fazem-no, as empresas fazem-no. Mas urge perguntar e se os nossos credores não aceitarem reestrutura-la? E se a dívida for reestruturada, manteremos o mesmo rumo que levou exactamente a esta situação?

Na sessão solene do passado 25 de Abril, o Senhor Vice-Presidente referiu no seu discurso os pilares da nobreza de espírito; referiu como primeiro pilar “a verdade” e como quarto pilar “a coragem”.

Hoje lançamos um repto: tenham a coragem de dizer a verdade sobre a situação financeira do Município.



Intervenção na sessão da Assembleia Municipal do Fundão de
29/04/2011 pelo CDS

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29 DE ABRIL DE 2011

Deputado Municipal pelo CDS: Aires Patrício

Quando o Governo nos diz, hoje, “agora é que vai ser”, apetece perguntar porque não antecipou este “agora é que vai ser”?

Pior: se pretende dizer-nos que saberia como fazer, porque não o fez?

Uma outra pergunta (entre muitas outras) se me coloca: como poderão os cidadãos governar o seu dia-a-dia se o Governo, sistematicamente, interfere nessa sua gestão?

Sem aviso prévio, com inverdades, com membros do seu executivo que se contradizem?

A tão propalada verdade de hoje quantas vezes é a de amanhã?

Em presença dos dados conhecidos, da praxis seguida, a pergunta subsequente é: há quanto tempo este velho País não é governado com saber, com rigor, com respeito pelo devir?

O que se passa com o sistema de ensino?

Estamos a adquirir diplomas ou saber?

O que se passa com a justiça?

Dispõe o Povo de mais fácil acesso à mesma?

E como está o acesso à saúde? Menos burocrático? Menos oneroso?

Que estratégia a da Governação?

É tempo de fazermos ouvir a nossa voz.

Chegou a hora de passar da palavra à acção.

Cumpre-nos desenvolver uma política autárquica que contrarie aquilo a que poderíamos chamar de cegueira central, resultante de uma macrocefalia que soube destruir o que denominava de paisagem e mais não conseguindo que colocar o país em desespero.



Sem azedume mas com preocupação.

É chegado o tempo de as questões semânticas se recolherem a umas longas férias.

Vão lá mais de trinta anos que uma dualidade persistente nos trouxe até aqui.

Acham que valeram a pena as longas horas aqui gastas na defesa de concepções que não tiveram reciprocidade? ou, se quiserem, aceitação pela outra parte?

Temos que, em definitivo, conjugar esforços e não desperdiçarmos tempo, pois é de tempo que a vida é feita.

Conhecedores que somos da realidade deste interior, quantas vezes esquecido, é meu entendimento, bem como, inequivocamente, do CDS, que a Autarquia deve envidar todos os esforços no sentido de recuperar a agricultura e promover o turismo.

Da flor das cerejeiras à majestade do castanheiro, passando pelo olival, pela produção de azeite de óptima qualidade, e pela criação de vinhos de marca, entre tanta outra iniciativa, está, sem dúvida, todo um caminho a percorrer.

Na área do turismo são inúmeras as potencialidades que estão por explorar.

Dos recantos que a nossa memória guarda à policromia de uma paisagem única, das neves da Estrela a uma gastronomia riquíssima, às tradições que haveremos de preservar, há todo um mundo que ao mundo importa.

Em nome do CDS proponho que a Autarquia vá ao encontro dos cidadãos.

Não será fácil, mas a Autarquia terá de saber encontrar a maneira de ajudar à revolução das mentalidades.

A factura que estamos a pagar é excessiva.

Acabou o tempo da complacência.

É objectivo único do CDS opor à palavra fácil, a acção consequente.

À negligência, o trabalho.

À incosequência, a eficácia.

Ao facilitismo, a exigência.

Ao obscurantismo, a transparência.

Ao desleixo, o mérito.

A sociedade portuguesa sabe que o CDS conhece a realidade que vive e que partilha das suas legítimas preocupações.

O CDS conta com a capacidade crítica dos cidadãos.

Os cidadãos sabem que podem contar com o CDS